

### **3 DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR DE DRENAGEM**

#### **3.1 PRINCIPAIS DESAFIOS DE GUARULHOS**

##### **3.1.1 A necessidade de garantir os espaços das águas**

Guarulhos está inserida numa região metropolitana, cuja disponibilidade natural de água é muito inferior aos seus atuais padrões de uso. Isto porque, existe uma limitação natural pela região situar-se nas cabeceiras do Rio Tietê. Por outro lado, abastecer cerca de 20 milhões de habitantes, sem que haja qualquer controle da demanda de água agrava a situação de escassez. Ao mesmo tempo, Guarulhos possui uma grande concentração de população e atividades cujo consumo atual e futuro de água supera a sua disponibilidade. Hoje, essa relação entre a demanda / disponibilidade na região metropolitana está em situação quase sete vezes pior que a classificação da ONU estabelece como a mais crítica, (SAAE, 2003).

Apesar disso a cidade continua a crescer e degradar os mananciais que sobraram nas cabeceiras do Tietê, além de comprometer a qualidade dessas águas, da forma anteriormente comentada. Isto significa que a situação tende a se agravar ainda mais porque a pouca água disponível vem sendo reduzida pela eliminação dos mananciais que sobraram, através do desmatamento, construção da cidade sobre eles e a sua contaminação.

Além disso, uma quantidade enorme da água já captada e tratada vai sendo perdida nos vazamentos das redes de distribuição e à essa perda se soma o crescimento da demanda de água na Região Metropolitana de São Paulo e em Guarulhos em particular. Como saída, tem sido proposta a busca de fontes cada vez mais distantes, como já ocorre no caso da água que provém dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, cujas nascentes localizam-se em Minas Gerais. Essa água faz falta aos habitantes da Região Metropolitana de Campinas que está em sua bacia. Outras captações externas são feitas no caso da Baixada Santista, também ela uma região metropolitana com grande necessidade de água; e há planos para se ir mais longe.

Nesse processo de se utilizar, desperdiçar e poluir a água e, ainda, construir sobre as fontes existentes, eliminando-as, segue-se em busca de outros mananciais. Não se cogita o controle do consumo, nem controlar significativamente a poluição e, ainda menos, em criar obstáculos efetivos para a contínua expansão da cidade sobre as áreas legalmente protegidas para produzir água. A solução para a contínua degradação, portanto, tem sido procurar água cada vez mais longe, multiplicando os custos, em prejuízo das populações e ecossistemas dos locais de onde ela vai sendo retirada. Nesses locais também persiste o desinteresse pela manutenção de sua qualidade, como é o caso da região de mananciais do Sistema Cantareira, cuja água perde qualidade, ano a ano, pelas mesmas causas: desmatamento, ocupação e poluição.

A persistência dessa tendência de degradação e escassez crescentes deixa clara a necessidade de reverter a política vigente para gestão das águas, e uma forma mais responsável de lidar com ela é atribuir máxima importância a todas as suas fontes; a começar pelas chuvas. Elas são a garantia inicial do ciclo, que dependerá das condições oferecidas para a sua continuidade, como a oferta de espaços suficientes e adequados sobre os quais as chuvas cairão, escoarão e se acumularão, mantendo seu fluxo e qualidade equilibrados. Dessas condições depende, portanto, o reequilíbrio das situações de cheia e de escassez de água.

Com essa finalidade podem ser propostas diferentes alternativas, como as de se aproveitar as épocas de maior precipitação, acumulando a água que faltará na outra metade do ano, com base na experiência de inúmeros países. Aqui, essa prática tem outra vantagem fundamental que é a de se reduzir ou evitar os males e prejuízos das enchentes.

É por isso que cabe afirmar que a chuva é preciosa demais na cidade para ser desperdiçada nas inundações. O aproveitamento das águas da chuva para usos menos nobres que o abastecimento pode evitar inundações e, ao mesmo tempo, liberar a água tratada e de melhor qualidade para usos mais exigentes, como é o caso do abastecimento da população, onde ela realmente faz falta. Isto porque, a população segue crescendo e em muitas regiões o suprimento não existe ou, ainda, ele é feito de forma precária e intermitente, colocando em risco a saúde da população.

Por todas essas razões, não há como evitar uma importante mudança nas políticas de controle de inundações. Mais que nunca, torna-se estratégica a adoção de medidas preventivas, tomando espaço das obras corretivas, de modo a tornar essas últimas complementares e não as únicas a serem viabilizadas, como hoje ocorre. É preciso verificar no que é mais produtivo investir para evitar gastos e vítimas.

É nesse momento que aparece como fundamental a retomada da questão do espaço das águas, que não pode mais ser cedido, sem qualquer compensação, ao mercado imobiliário. Do mesmo modo, não há como imaginar que as áreas já afetadas pelas inundações tenham seu nível de risco aumentado pelo acúmulo de mais populações carentes que, pela falta de opções têm ocupado esses locais.